

Um engano, na data da cidade

Jornal Brito



A grande cidade, de dois séculos após sua fundação, pode estar comemorando o seu aniversário em uma data errada

Não se trata do romance de Victor Hugo, mas é um romance que mais parece novela e que a Comissão encarregada da organização dos festejos deste ano precisa esclarecer aos leigos que o 14 de julho de 1774, não é a data da fundação de Campinas, marcando no passado campinheiro a do batizado de um neto de Barreto Leme, pois esse templo católico somente foi inaugurado em 25 de julho de 1781.

Plínio Salgado escreveu e «Como nasceram as cidades», que a formação das cidades brasileiras, desde o século XVI até aos nossos dias, condiciona-se ao concurso de circunstâncias que poderíamos resumir em três ciclos distintos: (a) descobrimento e catequese; b) mineração e entradas no sertão e c) INICIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL.»

Esta última letra é o caso de Campinas, por que foi justamente em 15 de novembro de 1732 que Antônio da Cunha de Abreu, quando recebia a confirmação da sesmaria que requirera em 1728, começou a cultivá-la, pouco antes, como consta da petição que fez, ainda nessa data de 1732, afirmando na mesma quando requeria uma outra área de terras «JUNTO AQUELA QUE ESTAVAM CULTIVANDO.»

Acontece que, durante mais de vinte anos, andei procurando nos arquivos de Lisboa, em seu Museu Ultramarino, na Calçada da Boa Hora e encontrei documentos que confirmam as doações feitas a Antônio da Cunha de Abreu. Um deles diz, textualmente: «Carta de sesmaria pela qual em nome de D. João V, o Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, Antônio Luís de Távora concede a Antônio da Cunha de Abreu, uma légua de terra em quadra no caminho das minas de Goiás, no sítio chamado «Campinhos», entre a Vila de Jundiá (Jundiahy) e o rio Mogi. São Paulo,

15 de novembro de 1732. «Este original está lavrado em papel de 3P5 X 316 m.m., em selo de chapa em est. g.» Outro documento: «046. Requerimento de Antônio da Cunha de Abreu e seu cunhado João Bueno da Silva pedindo a D. João V lhes confirme a sesmaria que lhes foi concedida pelo Capitão General da Capitania de São Paulo (Antônio Luís de Távora).

«Lavrado em papel onde se assinala» ? — Ant. a 1733. auth. 20. «Diz ainda: «Sobre este requerimento recaiam ainda um parecer do Procurador da Corôa de Despachos do Conselho Ultramarino, determinando-se em um deles que se passasse a confirmação pedida.»

Original em papel de cart. 305 x 313 m.m. est. reg. «Finalmente este outro papel documental: «Bilhete de sesmaria do Conselho Ultramarino. Manoel Cactano Lopes de Abreu — mandando que se passe carta de confirmação da sesmaria dada a Antônio da Cunha de Abreu e seu cunhado João Bueno da Silva — Lisboa Ocidental, 1733 — janeiro 12. «Original lavrado em papel de 303 x 313 — janeiro 12-1733.»

Depois destes documentos ninguém mais pode pôr em dúvida o que venho afirmando sobre a data de fundação de Campinas, ao tempo em era «caminho de Goiás», em terras mandadas abrir pelo Governador de Vapitania de São Paulo, D. Rodrigo Cesar de Menezes, de quem estcu escrevendo uma biografia por se tratar da primeira personagem de nossa história. Ninguém mais pode alegar ignorância pois que, em 15 de julho de 1774 nada existia em Campinas, tão somente a igrejainha de palha que nunca poderia se referir a atual Basílica do Carmo, pois que não se concebe que uma igreja com quatro paredes que se estavam levantando e concluindo, fosse coberta de palhas, na descrição feita por Quirino dos Santos em 1871.